

MODOS DE DIZER: O FENÔMENO DA MODALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

META

Apresentar uma discussão sobre o fenômeno da modalidade/modalização a partir da ênfase aos seus conceitos, classificações e, também, à importância que essa temática tem para as pesquisas desenvolvidas na atualidade nos mais variados meios de comunicação.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
diferenciar os tipos de modalidade/modalização correntemente tratadas nos estudos linguísticos;
identificar a modalização linguística como uma estratégia linguístico-discursiva validada pelo falante/locutor para imprimir uma certa 'atitude' diante dos enunciados;
reconhecer em que medida a temática estudada pode fazer parte do dia-a-dia do professor e do aluno em sala de aula.

PRÉ-REQUISITOS

Antes da leitura da aula, sugerimos uma visitinha ao box "Evitando (ou arranjando!) encrenca...", na pg. 175, para que você comece a pensar no conteúdo que trataremos no decorrer da nossa exposição.

INTRODUÇÃO

Olá!

Desde a aula 7, quando falamos das teorias acionais linguagem, estamos insistindo na ideia de que o homem, valendo-se de elementos linguísticos, age sobre o outro, dotando seus ditos/enunciados de forças argumentativas as mais diversas. Entre outros assuntos, vimos como os chamados ‘operadores argumentativos’ são importantes para indicar essa força, a ordem que deve ser considerada para que cheguemos a uma conclusão X, não foi mesmo?

Pois bem, na aula que ora iniciamos, continuaremos nessa mesma linha de reflexão, dando relevo à problemática da modalidade/modalização, tomando-a como mais um recurso que o locutor tem à disposição para marcar no enunciado sua intenção, com maior ou menor engajamento.

Assim, voltaremos nosso olhar para o(s) conceito(s) de modalidade/modalização, os tipos e, também, para alguns dos diversos modos que a língua disponibiliza para sua inserção nos enunciados.

MODALIDADE E MODALIZAÇÃO: CONCEITOS, TIPOLOGIA

Quando falamos em modalidade ou em modalização instauramos, normalmente, uma discussão primeira sobre a enunciação. Isso porque, em sendo concebida como “ato individual de utilização da língua” (DUBOIS et al, 1998, p.218), dizemos que é responsável pela relação entre língua e mundo e, se de um lado, “permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU 2004, p. 193).

Nesse sentido, a enunciação ocorre no momento da elaboração do texto pelo falante e pressupõe, dentre outras, a maior ou menor adesão desse falante a seu enunciado. A indicação dessa adesão é recorrentemente manifestada sob a adoção de modalizações. Por extensão, podemos afirmar que, “na estruturação do discurso, a relação entre enunciados é frequentemente projetada a partir de certas relações de modalidade, donde se depreende a sua importância pragmática” (KOCH, 2002, p. 74).

Mas, o que representam os termos “modalidade” e “modalização”? Quais as diferenças básicas entre um e outro e desde quando figuram no rol dos estudos da linguagem? Que implicações essas noções acrescentam aos estudos de natureza linguística nos dias de hoje? Expliquemos...

Para responder às questões acima levantadas, inicialmente, julgamos conveniente remeter aqui à clássica distinção empreendida por Bally (1932), para quem o enunciado apresenta duas dimensões principais: o dictum e

modus. O primeiro diz respeito à expressão do conteúdo proposicional; já o segundo representa a atitude (ou julgamento) do falante em relação a esse conteúdo.

Dizemos, então, que o falante, além de apresentar o conteúdo proposicional de uma forma particular, manifesta seu posicionamento em relação a esse conteúdo sob as mais diversas formas. Assim, a modalidade, enquanto categoria sinônima de modo, está associada ao verbo e indica o tipo de comunicação (uma asserção ou uma interrogação, por exemplo) estabelecida pelo falante a seu interlocutor. A modalização, por sua vez, diz respeito à atitude do falante diante do enunciado produzido, a partir de marcas estritamente pessoais.

Nesta aula, entretanto, preferimos não diferenciar modalidade de modalização, de modo que tais termos serão usados sinonimamente - assim como o fizeram Castilho e Castilho (1993) -, tendo em vista os limites movediços que tal distinção pode trazer, pois “há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo” (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p.217).

Para Charaudeau e Maingueneau (2004),

As modalidades são facetas de um processo mais geral de modalização, de atribuição de modalidades ao enunciado, pelo qual o enunciador, em sua própria fala, exprime uma atitude em relação ao destinatário e ao conteúdo de seu enunciado. (p. 334)

Bom, o estudo do enunciado em duas partes constitutivas não é nada recente, pelo contrário, deita raízes na lógica clássica (novidade!) e, conforme salienta Cervoni (1989), nos estudos linguísticos contemporâneos, “após um eclipse que corresponde bem ao período de prosperidade do estruturalismo e da gramática chomskiana, a problemática das modalidades reconquistou um lugar privilegiado” (CERVONI, 1987, p.54).

Para o autor, essa reconquista foi motivada principalmente graças:

- i) ao desenvolvimento de pesquisas diversas sobre a lógica da linguagem (semântica gerativa, modelos fundados sob uma hipótese conceitual que comportam um componente básico semântico- lógico);
- ii) ao interesse dos linguistas por uma teoria acional da linguagem, em decorrência da inserção da máxima austiniana do “dizer é fazer”;
- iii) ao entendimento da semiótica como um estudo do discurso narrativo (querer/dever/poder/saber como noções indispensáveis à descrição das atitudes relacionadas aos “ser” e ao “fazer” que explicam/justificam o funcionamento da narrativa).

Ainda seguindo a linha de abordagem proposta por Cervoni (1989), podemos afirmar a existência de estudos linguísticos que correntemente focalizam a problemática da modalidade/modalização sem apegar-se necessariamente ao “modo característico”, para usar aqui as próprias palavras do autor, das definições tradicionais. Eis as suas palavras:

Conforme a definição tradicional, só serão consideradas modalidades as determinações referentes a uma proposição. Mas, para o linguista, não há hipótese de ver proposições apenas nas frases que têm uma forma canônica (Sócrates corre, educa os jovens, é um homem...). As teorias linguísticas contemporâneas demonstraram a vantagem de se supor estruturas subjacentes para as formas de superfície e de dar lugar ao implícito na análise das frases. (CERVONI, 1987, p. 62)

Assim, o autor faz valer a consideração de um “núcleo duro” da modalidade linguística, constituído por todas as formas de tradução das noções inerentes aos eixos alético, deontico e epistêmico, e de uma “modalidade impura”, que comporta os casos em que a modalidade é implícita ou menos discursivamente marcada.

Mas, você poderia nos perguntar “Que eixos são esses?”, então, convém que adiantemos essa resposta a partir da inclusão de alguns comentários acerca das noções que caracterizam as modalidades tradicionalmente consideradas: alética, deontica e epistêmica.

A modalidade alética reporta ao eixo da existência, à verdade do conteúdo proposicional. É a modalidade lógica, por excelência, sendo a deontica e a epistêmica “decorrentes de um esforço dos lógicos para levar em conta analogias evidentes que apresentam em muitas línguas a expressão do dever e do saber e a do verdadeiro (com seus diferentes graus)” (CERVONI, 1987, p.59, grifos do autor).

Se, de um lado, a modalidade alética é a mais importante para os lógicos, segundo afirma Neves (2002), é periférica nas línguas naturais e sua relação com o mundo reflete a escala lógica do necessário ao possível, passando pelo possível e pelo contingente. A propósito, eis as palavras da autora:

Esse comprometimento da modalização alética com a verdade relacionada a mundos possíveis torna pouco claros, no discurso comum, casos de sentenças que sejam aleticamente modalizadas. Ocorre que é muito improvável que o enunciado se possa manter como uma asserção descompromissada das intenções e das necessidades do falante que assevera; é muito improvável, afinal, que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante. Uma investigação sobre o valor puramente alético de uma proposição a retiraria do contexto de enunciação para centrar-se na organização

lógica interna de seus termos e na relação que ela mantém com os mundos possíveis, nos quais seria, ou não, verdadeira. (...)

Nessa linha de reflexão, se entende por que a modalização alética não constitui matéria privilegiada de investigação quando se trata de ocorrências reais de uma língua. Nesse sentido, ela se opõe à modalização deontica e à epistêmica, que se prestam bem a uma investigação dos enunciados. (NEVES, 2002, p.180)

Analogamente ao que defende no ponto de vista acima referendado, a autora assinala que as modalidades deontica e epistêmica representam “a modalização linguística strictu sensu, isto é, a modalização ocorrente e analisável nos enunciados efetivamente produzidos” (NEVES, 2002, p. 180).

A primeira dessas modalidades - a deontica - relaciona-se aos valores de permissão, obrigação e volição. Ou seja, relaciona-se ao eixo da conduta. Assim, seus modalizadores incidem sobre a ideia de que o falante considera o conteúdo como algo que deve ou precisa ser realizado, como pode ser atestado abaixo:

(1) “A esposa tem que ser assim:: ela se dedicar ao marido:: em termo de tratar bem:: de se unir com ele, de:: compartilhar da sua vida com ele...” (VALPB, Vol. II, p. 98, L.25)

No exemplo (1), o conteúdo de P é apresentado como uma obrigação a ser desenvolvida por outrem, pois é a esposa que ‘tem que’ realizar algo. Desse prisma, podemos dizer que esse tipo de modalização comporta, convencionalmente, atos diretivos, ou seja, aqueles que estão ligados ao imperativo, a uma linha de ação futura por parte do outro, seja o interlocutor imediato, seja a pessoa sobre a qual falamos, que é o caso do exemplo tratado.

É importante enfatizarmos, também, que essa obrigação em realizar uma ação futura pode também estar voltada para o próprio locutor, o que representa a marca primeira dos atos compromissivos referendados por Searle, conforme vimos na aula 8.

Se ampliarmos aqui o conceito de ‘diretivo’ para além das informações protocolares que normalmente lhes são atribuídas, parece que o problema está resolvido, exatamente porque, como “ato diretivo, a modalidade deontica não está relacionada a uma avaliação do falante, mas a uma ação do próprio falante ou de outros” (NEVES, 2002, p.198, grifo nosso).

Das palavras da autora, então, nos vem a confirmação da ideia de que a modalidade deontica pode trazer à tona a necessidade e/ou obrigação de uma ação a ser desenvolvida pelo próprio falante, nos atos compromissivos, como dissemos acima.

No que concerne à modalização epistêmica, dizemos que está relacionada à crença que o falante exterioriza sobre o conteúdo de seu enunciado,

refere-se, pois, “ao modo de uso da língua pelo qual se expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (HOFFNAGEL, 1997, 147). Dessa forma, cumpre aos modalizadores epistêmicos revelar a atitude do falante frente ao que vai ser dito. Eis os seguintes exemplos:

(2) E* Todos os brasileiros falam do mesmo jeito para você?

I* Não, acho que não também, acho que que... existia só... existem a coisa do regionalismo, eu acho que isso influi muito, né? Sei lá, educação, acesso à escola, tudo isso é espécie de treino, que são fatores que influenciam. (VALP, Vol. IV, 75)

(3) E* O que você pensa sobre o casamento?

I* Ah, casamento? É coisa séria, né? É claro que se hoje mesmo nesse dia, nesse mundo de hoje, né? Você pode casar com uma infantilidade sua ou até mesmo da namorada. A {inint} morreu, você {inint} casar ou até mesmo cedo demais. Mays casamento eu acho se se é realmente casamento, já tá dizendo: é uma união de duas pessoas. E essas duas pessoas de melhorar a vida. Não continuar a mesma coisa ou piorar. Se eu hoje, eu pudesse casar, ia casar com uma pessoa que eu vejo que vou melhorar de vida. Tanto comigo, tanto cum ela. Quer dizer, ela tem uma vida padrão hoje, eu tenho uma vida padrão hoje. Então ela tem que melhorar. Quer dizer, ela vai sair da vida padrão, eu vou continuar sendo a mesma vida ou melhor. Cair, aí num é casamento. Pra mim, num acho que é casamento. (VALPB, Vol. V, p.59)

Em (2), o informante apresenta o conteúdo como uma crença, ou seja, ele crê (“acha”) que as mudanças regionais e a escolarização são, dentre outros, fatores determinantes no processo de variação linguística. Essa crença, todavia, é mostrada de uma forma não muito comprometedora, modalizada (“eu acho que”). É mister considerar, também, que o uso da expressão eu acho que revela a pouca adesão do informante à proposição. Isso porque “os modalizadores de possibilidade epistêmica criam como efeito modalizador a atenuação do conteúdo de P, pois há um baixo grau de adesão do falante em relação a P” (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p.219). Ainda neste exemplo, a segunda ocorrência da forma eu acho que busca “preencher uma pausa enquanto o falante planeja seu discurso” (HOFFNAGEL, 1997, 149). Por extensão, é responsável pelo tom de incerteza atribuído ao que vai ser dito.

Já em (3), o informante concebe, de fato, a seriedade como peça importante na estruturação do casamento; a recorrência à expressão é claro que permite evidenciar um caso de necessidade epistêmica, dado o alto grau de aceitação explicitamente marcado pelo falante ao conteúdo de P.

Ora, como falar sobre o casamento impõe ao informante o envolvimento numa discussão polêmica e, logo, de inteira responsabilidade dele, há um certo recuo no que concerne à sua opinião. Desse modo, segue-se, como que uma reestruturação da sua fala, a adoção do modalizador de possibilidade epistêmica eu acho se e, posteriormente, eu acho que. Isso prova que “quando os falantes estão envolvidos em auto-revelações, isto é, quando se tornam vulneráveis ao revelar seus sentimentos íntimos para outros, há uma tendência a usar mais modalizadores” (HOFFNAGEL, 1999, p.151). Nesse caso, especificamente, de possibilidade epistêmica. Além disso, o uso da referida expressão dá a entender que é uma opinião pessoal e não uma verdade incontestável.

Subjacente a essa subcategorização semântico-pragmática inerente à modalização epistêmica, está a divisão desses modalizadores em três subclasses: os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores (cf. CASTILHO; CASTILHO, 1993), que são assim caracterizados:

a) os asseverativos constituem uma necessidade epistêmica, à medida que o falante afirma (ou nega) o conteúdo da proposição de uma forma segura, excluindo as marcas de dúvida. Logo, há uma ênfase maior quando da sua utilização. Em estudo dedicado ao advérbio como modalizador, Castilho e Castilho (1993) registram que os asseverativos tendem a se representar pelo modalizador assertivo eu sei [com certeza] que P. São exemplos comuns de modalizadores epistêmicos asseverativos: i) afirmativos: realmente, logicamente, naturalmente, inegavelmente, é claro que, é indubitável que e outros; ii) negativos: de jeito nenhum, de forma alguma, é claro que não e outros.

b) os quase-asseverativos revelam a não segurança do falante acerca do conteúdo da proposição, a sua quase certeza, por assim dizer. Daí a sua omissão em assumir uma responsabilidade maior. Analogamente, indicam uma possibilidade epistêmica, uma pequena aceitação à verdade da proposição. Entre os quase-asseverativos, eis algumas formas bastante recorrentes: eu acho, eu suponho, é provável que P, talvez, assim, provavelmente, possivelmente e outros.

c) os delimitadores preestabelecem as formas segundo as quais a proposição deve ser entendida, limitando-a. A nomenclatura adotada deve-se à tradução do termo “hedges” proposto por Lakoff. Os principais delimitadores são: uma espécie de, do ponto de vista de, + adj., em geral, quase, basicamente etc.

Além desses dois tipos de modalidades linguísticas, devemos considerar, segundo Castilho e Castilho (1993), um terceiro tipo a afetiva. Tal modalização representa, para esses autores, aquela em que o falante verbaliza reações emotivas em função do conteúdo da proposição, excetuando-se quaisquer considerações de natureza deôntica ou epistêmica. Por extensão, assinalam que é a modalização característica da função emotiva da linguagem, subdividindo-se em dois tipos:

i) subjetiva, a que expressa uma predicação dupla, ou seja, a do falante diante do conteúdo da proposição e a da própria proposição, como ocorre em *Infelizmente Carlos não assistiu ao filme*, pois o modalizador *infelizmente*, ao tempo que expressa uma avaliação do falante acerca do conteúdo de P (para mim, é uma infelicidade que Carlos não tenha assistido ao filme), qualifica esse conteúdo (*Carlos não assistir ao filme é uma infelicidade*);

ii) intersubjetiva, aquela cuja predicação é simples, que, a propósito da proposição, é assumida pelo falante diante de interlocutor, como ocorre em *“Sinceramente Carlos é muito responsável”*, em que *sinceramente* é modalizador monovalente, direcionando suas propriedades modalizadoras apenas para o próprio falante e, dessa forma, não é possível uma interpretação como *“Carlos ser muito responsável é uma sinceridade”*, como bem lembram os autores reportados.

Esses autores assinalam, ainda, que a modalização faz valer variados tipos de recursos linguísticos, a exemplo da prosódia, dos modos verbais, de verbos auxiliares (como *querer* e *dever*), verbos que constituem oração parentética e matrizes como *crer*, *acreditar* e *achar*, adjetivos, advérbios e outros. Igualmente, as manifestações da modalidade podem ocorrer via um único elemento lexical. O verbo *dever*, por exemplo, é sempre apontado como veiculador de, no mínimo, mais de uma noção.

Koch (2002) também referenda o fato de a modalização poder indicar juízos de valor. Assim, subcategoriza tais expressões de julgamento em três grupos principais: valores morais, técnicos e afetivos. Para a autora, há um “modo axiológico” e, igualmente aos modalizadores deônticos, reporta a “conceitos que constituem como que a sua face subjetiva: disposições do sentimento, no caso dos valores, disposições normativas, no caso dos imperativos” (KOCH, 1987, p. 80).

Na verdade, a terminologia acerca desse tipo de modalização ainda não está estabilizada. Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 286), por exemplo, falam em ‘modalidade apreciativa’, definindo-a como o “conjunto das marcas por meio das quais o enunciador exprime um julgamento de valor ou uma reação afetiva.” Mais claramente, os autores a qualificam como uma modalidade essencialmente subjetiva.

Ora tomada como axiológica, ora caracterizada como apreciativa, esse tipo de modalização evidencia um julgamento de valor por parte do falante

frente à proposição ou parte dela. Por isso, preferimos, ancorando-nos estudos de Neves (2002), que faz uma descrição cuidadosa dos chamados adjetivos avaliativos, denominar esse tipo de modalização de avaliativa, em função do fato de esta ir além da expressão emocional do falante em relação ao enunciado, indicando uma avaliação deste para com a proposição. Assim, o falante, via de regra, emite um juízo de valor e, simultaneamente, revela como quer que essa proposição seja entendida.

Bom, não apenas o reconhecimento desse novo tipo de modalização povoa os estudos voltados para essa problemática no momento, há novos caminhos e entrelaçamentos teóricos que também têm merecido certa preocupação dos estudiosos. Vejamos alguns na seção a seguir.

MODALIDADE/MODALIZAÇÃO: NOVOS CAMINHOS

Koch (2002), ao registrar o fato de que, ao produzir um discurso, o falante “manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização” (p. 86), salienta como operadores modais:

- a) os performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc.
- b) os auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc.
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc.
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.
- e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc. + infinitivo.
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos do subjuntivo; uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc.
- g) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.
- h) entonação: (que permite, por ex., distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral).
- i) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc. (KOCH, 2002, p. 87)

Conforme o próprio exemplo da autora, os atos performativos mantêm uma íntima relação com a manifestação da modalidade. Ocorre, entretanto, que a autora evidencia apenas casos de performatividade explícita, ou seja, atos que têm a propriedade de realizar, em função de determinadas condições, o ato que eles denotam. Ao lado desses atos, porém, há sempre outras formas de realizar ações, a que Austin (1962) chamou de ‘performa-

tivos implícitos (ou primários)’, em função de ter instituído na linguagem o entendimento de que todos os enunciados são dotados de uma força ilocucionária, como vimos nas aulas 7 e 8, lembra?

Considerando estruturas lexicais constituídas com verbo o dar + nome ou variação (a que chamou de Construção Lexical Complexa com o verbo dar - CLC(D)) como unidade veiculadora de ato de fala, posto serem marcados pela presença de uma força ilocucionária, Silva (2005) afirma que tais construções podem, também, portar um efeito modalizador específico. Não um emprego tão discursivamente identificado, como nos casos considerados pela autora, em que há uma incidência tipicamente modal, para lembrar aqui os termos usados por Cervoni (1989), mas como apresenta Neves (2002, p.175) no exemplo abaixo:

(4) “... o curso de Pedagogia daria possibilidade como o caso de Orientação Educacional”

Nesse exemplo, a estudiosa realça a ocorrência de um nome modalizador na posição de objeto de verbo suporte. O que, sob o ponto de vista adotado por Silva (2005), representa um exemplo clarividente de uma CLC(D) e, como podemos observar, há uma espécie de modalização que não é tão discursivamente percebida, mas incide sobre parte de um enunciado.

Em “A consequência ÓBVIA é a total desinformação sobre problemas de saúde”, Neves (2000, p.188) remete a uma modalização, classificada como epistêmica (veiculando uma eventualidade), cuja incidência recai apenas sobre o sintagma nominal “consequência”. Aliás, nesse peculiar, a autora rompe com a discussão empreendida por Cervoni (1987), para quem os adjetivos avaliativos só serão modais quando é possível a recuperação da forma canônica tradicional. Eis as palavras do autor:

Os adjetivos avaliativos que podem fornecer uma expressão unipessoal determinam ou uma preposição = eventualmente “reativada” (ex. Sua queda é grave = É grave que tenha caído), e então eles se vinculam às modalidades e, ou um nome “reativável” (ex.: Um ferimento grave), e, neste caso, não cabe considerá-los como portadores de modalidade. (CERVONI, 1987, p.70)

De acordo com o que abordamos na seção anterior, Cervoni (1987) defende, em conformidade com o que tem sido discutido nas vertentes linguísticas atuais, que tomam como base a análise das formas de superfície e do implícito, que podemos falar também de uma modalidade parcial, e não apenas na noção tradicional de que só existe modalidade quando esta recai sobre a proposição como um todo.

No fundamental, o estudioso propõe uma classificação segundo a qual podemos diferenciar o que é tipicamente modal, do que é modal e do

que é preferível (ou vantajoso) excluir do campo das modalidades, como o caso dos adjetivos avaliativos que não recuperam a forma canônica, como abordamos acima.

Dessa forma, Cervoni (1989) subcategoriza a modalidade em dois grupos principais: o “núcleo duro” e a “modalidade impura”. O primeiro é “constituído por tudo que traduz as noções que figuram nos quadrados aléticos, deônticos e epistêmicos” (CERVONI, 1987, 62). Nesse sentido, o autor inclui nesse conjunto as modalidades proposicionais e os auxiliares de modo, à medida que apresentam um significado modal que é perfeitamente explícito.

As modalidades proposicionais são identificadas em frases com a seguinte estrutura “(unipessoal) + adjetivo + que P ou infinitivo”, como ocorre em “É provável que haja greve.” e em “É provável haver greve”. Em construções dessa natureza, a modalidade expressa pela modalidade recai sobre toda a proposição.

No que tange aos auxiliares modais, Cervoni (1989) considera exemplos nítidos: poder, dever (caracterizados como “incontestáveis”), querer e saber, em enunciados como Ele deve ter chegado. Aqui, a modalidade veiculada pelo verbo dever, exprimindo probabilidade, à maneira dos casos que expressam modalidades preposicionais, também incide sobre o conteúdo proposicional.

É importante salientar que, quanto ao verbo querer, o autor frisa ser este um verbo potencial, porque nem sempre se caracteriza como modal, como ocorre em Ela queria ser bela, em que o vínculo é apagado em favor da expressão de um desejo ou mesmo de um sonho do sujeito (ela).

Quanto à ‘modalidade impura’, fala que é parcialmente modal e, assim sendo, engloba

os casos em que a modalidade é implícita ou mesclada num mesmo lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão, a outros elementos de significação. Este novo conjunto é heterogêneo: nele podemos colocar tanto os lexemas cuja estrutura semântico-lógica se deixa traduzir em paráfrases que comportam um verbo modal, quanto às oposições de modo (indicativo/subjuntivo) e os empregos modais de certos tempos do indicativo. (CERVONI, 1987, p. 68)

Ao tratar dos performativos, o autor referenda a ideia de que trazem à baila a questão da relação entre modalidade e ilocutório. Desse prisma, salienta que os lexemas verbais caracterizados por uma modalidade são, em sua maioria, performativos. Nesse peculiar, o autor considera performativos apenas os seus casos típicos, ou seja, em que há uma forma verbal, na 1ª pessoa do singular, cujos enunciados (atos) realizam as ações denotadas (“Eu juro que...” = juramento, por exemplo).

Porém, em consonância ao que dissemos anteriormente, tais casos são apontados por Austin (1962) como ‘performativos explícitos’, em oposição àqueles classificados como ‘performativos implícitos’. Independentemente dessa delimitação de Cervoni (1989) para com a performatividade, entendida como “alma” dos atos, no dizer de Rajagopalan (2002), urge chamarmos a atenção para alguns de seus questionamentos em função desse relacionamento entre “modalidade e ilocutório”: “seria ele limitado a esses casos? Como as duas categorias se articulam? Existe entre elas uma hierarquia?” (CERVONI, 1987, p. 72)

Ao postular uma resposta para a primeira dessas perguntas, o autor salienta que “um valor modal também pode ser observado no campo do núcleo duro da modalidade: quase fazemos o mesmo ato ao enunciar Tu podes entrar e ao empregar a fórmula performativa Eu te permito entrar” (CERVONI, 1987, p. 72). Diante dessa particularidade, assinala que o valor ilocucionário dos auxiliares modais é claro em sua interpretação deôntica, já que exprime uma obrigação, uma permissão, uma proibição e, dessa forma, o locutor atua sobre o alocutário.

Igualmente ao âmbito da modalização deôntica, o estudioso observa que é possível a realização de um ato de linguagem nos empregos epistêmicos, como apresenta no exemplo Ele deve ter comprado um carro (É provável que... Eu suponho que...), exatamente porque “o locutor se engaja, e por isso mesmo age, formula-se um julgamento, de ordem alética, de necessidade, de possibilidade ou de impossibilidade” (CERVONI, 1987, p. 73). O autor acrescenta, ainda, as modalidades de frase.

Quanto à articulação entre modalidade e ilocutório, Cervoni (1987) referenda que, embora muitos outros subordinem a relação entre essas categorias, seja considerando a modalidade como secundária ao ato de fala, seja o posicionamento contrário, modalidade e ilocutório podem ser considerados fenômenos autônomos, “e ambos previstos na língua, já que existem enunciados performativos que não precisam ser vinculados às modalidades” (CERVONI, 1987, p.73).

Silva (2005), ancorada em Searle (2002), prefere considerar que o grau de adesão do falante em relação à emissão de um enunciado qualquer pode ser expresso via elementos modalizadores e caracterizar tais elementos em virtude das respectivas forças ilocucionárias que lhes são inerentes. Isso porque, para esse autor, ainda que lidemos com dois atos de fala tenham um mesmo propósito — o dos pedidos é igual ao dos comandos: visa levar o interlocutor a realizar uma ação futura —, as forças ilocucionárias empregadas são claramente distintas.

Desse ângulo, conforme o vigor com que o propósito ilocucionário é apresentado, um novo efeito se configura. Mais objetivamente: “...na mesma dimensão do propósito, pode haver graus de força ou compromisso” (SEARLE, 2002, p. 8). Daí a afirmação de Vanderveken (1985) de que um ponto ilocucional pode ser manifestado com diferentes graus de intensidade.

Se um mesmo propósito — a dos pedidos e comandos, por exemplo — pode se revestir de diferentes forças ilocucionárias e, logo, ocasionar efeitos modalizadores distintos, a recíproca é verdadeira se apelarmos para a tipologia dos atos, porque os graus de comprometimento expressos também são tipicamente demarcados. A força ilocucionária de um assertivo não só se distingue da um compromissivo (ainda se lembra dessa classificação?), como também, via de regra, compromete o falante de maneira diferente.

De tal modo, hoje já podemos falar em instâncias de modalização, tomando-a como estratégia de comprometimento ou descomprometimento do falante em relação à produção dos seus enunciados, ou seja, atos ilocucionários expressos. Para resumir, podemos encontrar, na atualidade, um entendimento de que a expressão da modalidade e/ou modalização está subordinada à força ilocucionária, eis a postura de Saint-Pierre (1992), à medida que “só se conclui no enunciado revestido da força ilocucionária” (NEVES, 1996, p.169).

Mas, e na prática, como o estudo da modalização tem sido tratado? Ópa, de muitas maneiras e nos mais variados setores de atividades, na publicidade, no discurso de/para sala de aula, nos documentos oficiais... Veremos um pouco sobre isso a seguir.

AS ESTRATÉGIAS DO ‘DIZER’: A MODALIZAÇÃO COMO GUIA

Como dissemos há pouco, cada dia com mais notoriedade, o estudo dos modalizadores, tomados como recursos linguístico-discursivos capazes de “guiar” a forma por meio da qual a mensagem deve ser entendida pelo leitor, tem ganhado espaço nas pesquisas que se voltam para a análise do ‘dizer’ dos falantes/locutores. Assim, não raros são os trabalhos com foco para o “modo” de produção dos enunciados no discurso político, nas seções de livros didáticos, nas revistas, nos jornais, nas proposições religiosas, enfim, nos mais diversos meios de comunicação e atividades.

Na essência, temos assistido a uma preocupação crescente dos estudiosos em demonstrar a não neutralidade do locutor/enunciador diante dos enunciados que produz, especialmente naqueles gêneros que são tradicionalmente enquadrados como pertencentes ao campo da objetividade, como a notícia. Contrariamente ao que propõem os manuais de comunicação, os estudos têm mostrado, por exemplo, que, na configuração de uma notícia, há aspectos subjetivos do enunciador que são explicados por meio de marcas linguísticas, entre elas a modalização. O jornalista, usuário privilegiado da língua, ao produzi-la, tonifica sua intencionalidade no dizer, estabelecendo uma conversa com os leitores, uma aproximação com o seu texto, por assim dizer. Isso não acontece de graça, muito pelo contrário, sutilmente, ele costuma impor suas opiniões, seus julgamentos de valor, suas adesões, chamando o seu leitor a concordar com o que expressa.

E na política? Na religião? Nos documentos oficiais? Alguém aqui duvida de que há muitos modalizadores na superfície desses textos? Que tal algo do tipo “No nosso governo, certamente faremos muito para o homem do campo”, “Tenha fé em Deus, Ele sabe e tudo fará por você” ou, ainda, “O ensino de língua no Brasil deve pautar-se na tríade leitura, escrita e análise linguística”?! Se pensássemos numa lista que contemplasse cada setor de atividade humana, teríamos um recorte imenso de modalizadores para ilustração, não é mesmo?

Como isso foge e muito do nosso propósito, gostaríamos apenas de reportar ao fato de que o estudo dos modalizadores pode em muito ajudar o trabalho do professor nas aulas de língua portuguesa, na medida em que esses profissionais podem se valer dessa temática para mostrar como o homem, nas mais diversas atividades que desenvolve, imprime nos enunciados suas marcas, suas posturas, seus ‘modos de ver’ as situações, o mundo. A propósito, o próprio livro didático é fonte rica para o exercício dessa atividade, não é mesmo? Acaso você já pensou em como ele pode ser útil na demonstração de como os seus respectivos autores “vendem” as suas ideias e como isso ajuda a construir a opinião do seu público-leitor quanto aos mais diversos assuntos?! É uma boa dica, sim? De hoje em diante, que tal observá-los com esse olhar clínico? rs.

Bom, mesmo depois desse ‘jornal’ acima, temos a dizer que ainda teríamos muito a explorar dessa temática, mas, como esta aula precisa ter fim (eita, e a disciplina também!), traremos apenas mais algumas poucas considerações e encerraremos a conversa, ok? Vejamos...

CONCLUSÃO

Do que expomos ao longo desta aula, convém reafirmarmos a ideia de que a recorrência a modalizadores é uma constante na vida dos falantes, enquanto instrumento que serve para marcar uma certa ‘adesão’ aos enunciados que produz. Na realidade, a necessidade diária (mesmo em discursos que muitos preferem chamar de objetivos, como acontece com as matérias de revistas e jornais!), podemos reconhecer uma subjetividade inerente à opinião do falante que faz materializar no seu texto/fala elementos e/ou contextos linguísticos determinantes. Estes, em conformidade com a discussão, dão vazão a modalizadores, epistêmicos, deônticos e avaliativos.

Para evitarmos cansaço, podemos reafirmar a ideia de que a presença dos modalizadores influencia na tônica dos enunciados, mediando sentidos diferenciados. Talvez seja por essa razão que muitos estudiosos da língua se utilizem da Teoria da Modalização para explicar que os princípios reguladores da comunicação não se caracterizam somente na normatização da língua, mas também no falante/escritor e na situação de comunicação e esta, por sua vez, faz referência às ideias intencionais do enunciador, que são explícitas ou mascaradas no processo de elaboração textual.

RESUMO

Nesta aula, instauramos uma discussão sobre o fenômeno da modalização linguística, entendendo-o como um recurso usado pelo falante para marcar a sua posição diante do enunciado que produz. Assim, destacamos como o estudo dessa temática é antigo, deitando raízes na lógica clássica. Nesse peculiar, apresentamos as particularidades das três modalidades clássicas: i) alética (lógica, periférica nas línguas naturais); deôntica (relacionada ao eixo da conduta); e epistêmica (ligada à crença do falante diante do enunciado). Apresentamos, também, um outro tipo de modalização cuja nomenclatura não está totalmente estabilizada, mas que, de modo geral, diz respeito à indicação do juízo de valor do falante diante com a proposição expressa. Na sequência, validamos a classificação de Cervoni (1989) que, com base no que tem sido discutido nas vertentes linguísticas atuais, que tomam como parâmetro a análise das formas de superfície e do implícito, propõe a existência de um núcleo duro (modalidades proposicionais e auxiliares modais) e uma modalidade impura (parcialmente modal). Depois, chamamos a atenção para uma polêmica que tem merecido preocupação dos estudiosos: o entrelaçamento teórico entre modalização e ilocutório (performatividade). Por fim, ressaltamos como o estudo dessa temática tem, cada dia mais, sido destaque na observação de livros didáticos, jornais, revistas e outros meios de comunicação, apontando, em certa medida, que os conceitos advindos dessa teoria podem ser muito úteis no trabalho que o professor faz junto do aluno em sala de aula.



ATIVIDADES

Última aula da disciplina, você pode até ter pensado que não teríamos exercícios, mas... bem, para que não tenha nem chance de ociosidade, reservamos para você a resolução de 2 questões, abaixo discriminadas. Atenção!



Ah, para deixar você mais familiarizado com os exemplos a serem usados, convém dizermos umas palavrinhas.

Pois bem: os excertos apresentados nas questões seguintes foram extraídos de um corpus constituído de 24 produções textuais produzidos por alunos do 9º ano (antiga 8ª série) “A” do turno Vespertino da Escola Municipal Arízio de Vasconcelos (Belém-AL) durante o período de 26 a 30 de setembro do ano de 2005, época em que os meios de comunicação de massa, em especial a televisão e o rádio, oportunizaram discussões sobre o Referendo realizado no dia 03 de outubro do respectivo ano, cujo objetivo central era fazer com que a população brasileira, de modo democrático - o voto - se posicionasse (a favor ou contra) quanto ao seguinte question-

amento: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Tal corpus foi selecionado por Regineide Edileuza da Silva, com vistas à produção de seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC de Letras, intitulado “Nos bastidores da opinião: os limites da modalização avaliativa”, em 2006, na antiga Fundação Universidade Estadual de Alagoas – FUNESA (hoje UNEAL). Seu estudo contou com a orientação da professora doutora Leilane Ramos da Silva, que, na época, era professora efetiva daquela instituição.

Agora, finalmente, eis as perguntas.

1. Os excertos a seguir apresentam casos de modalização epistêmica. Com base na tipologia de Castilho e Castilho (1993), reconheça quais as subcategorias que expressam.

(1) Vote sim e conquiste seus direitos e sua segurança. Você vai deixar seus direitos, sua segurança e seu futuro para trás? Sei que não. (ACGA, l. 06)

(2) ...se eu tivesse a plena convicção que os bandidos ficariam desarmados, a minha opinião sem dúvida seria outra. (MGS, l.07)

(3) Eu acho que as pessoas têm o direito de ter uma arma. (ADS, l.13)

(4) ... se esse sujeito do bem teve uma discussão com alguém, por exemplo, então, se ele tem uma arma em casa, pode até matar esse alguém. (LPP, l.05)

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Um olhar atento ao que dizem Castilho e Castilho (1993) fará você reconhecer os exemplos de (1) e (2) são como veiculadores de modalizadores epistêmicos asseverativos e os de (3) e (4) de quase-asseverativos. Expliquemos.

Ao dizer “sei que não”, no fragmento (1), o aluno/produtor do texto apresenta o conteúdo de p como um conhecimento. Ou seja, o uso dessa expressão implica “ter certeza” sobre algo, qual seja: o locutor “não deixará seus direitos, sua segurança e a esperança de um futuro melhor para trás.” É possível que você afirme, também, o fato de o uso dessa expressão funcionar como estratégia de convencimento e,

nesse caso, destacar que há um limite bastante tênue com a modalização deôntica, que ocorre implicitamente. Isso porque o aluno já tenta convencer seu provável interlocutor a dizer SIM à proibição do comércio de armas e munição no Brasil por meio da assertiva SEI QUE NÃO, ou seja, afirmando “saber” que o outro não vai abrir mão de um direito próprio.

Do mesmo modo, em (2), os modalizadores enfatizam o conhecimento do falante, ou seja, “sem dúvida” é traduzido como É CERTO que “a opinião seria outra”, que “o país desarmado trará paz” e que “o índice de assaltos irá aumentar”. Nesse caso, o falante lança mão da veracidade de seu conhecimento e acentua o seu alto grau de adesão em relação a P. De acordo com o que afirmam os referidos autores, são exemplos típicos de epistêmicos quase-asseverativos.

Já em (3), você deve reconhecer que o aluno/produtor do texto apresenta o conteúdo da proposição a partir do termo “eu acho”, dando a entender que é uma opinião pessoal, dessa forma, não evidencia necessariamente uma verdade, mas sim uma crença. Ele crê que “ter arma é direito das pessoas”. Assim, o aluno sugere a possibilidade de mudar sua opinião, pois o uso do modalizador “eu acho que” revela o seu pouco comprometimento em relação à proposição, uma vez que “os quase asseverativos indicam baixa adesão do falante em relação ao conteúdo dos enunciados produzidos” (CASTILHO & CASTILHO, 1993, p. 222). Igualmente, o fragmento (4) apresenta modalizadores que expressam a atitude do falante de modo incerto, caracterizando-se, então, pela marca da possibilidade “é possível” e não pela certeza da veracidade dos enunciados. Nesse caso, percebemos que os modalizadores indicam a atitude do falante, aqui, de dúvida, em relação ao que foi dito no discurso. À diferença dos modalizadores epistêmicos caracterizados como “asseverativos”, que expressam um alto grau de adesão do falante (leia-se “aluno/produtor do texto, no caso destes excertos) frente ao conteúdo da proposição, os “quase-asseverativos”, como demonstram os exemplos acima apresentados, denotam um baixo comprometimento do produtor do texto em relação a esse conteúdo.

2. Grosso modo, por que dizemos que o fragmento a seguir veicula um caso de modalização deôntica?

(1) Mas eu não tiro o direito do cidadão de bem ter uma arma de fogo (...) ele deve ter uma arma de fogo em casa se for legalizado, mas se não for legalizada ele não deve ter o direito de ter uma arma de fogo em casa. (EJS, 1.06,07)

COMENTÁRIO SOBREAS ATIVIDADES

Ora, essa aqui é mais fácil ainda, né? Aqui, o falante / aluno, ao se valer de uma avaliação de fatos, apresenta P como uma ordem que deve ser entendida como obrigação a ser realizada por outro. O exemplo revela que o emprego das estruturas verbais “tem que”, “deverá desaparecer”, “deve ter”, “(não) deve ter” expressam o modo diretivo no discurso, implicando a ideia de ordem como própria do falante e de obrigação em realizar algo como típica do outro. Eis uma das características dos modalizadores deônticos..

FALANDO EM MODALIZADORES...

Em estudo realizado com o título de “Estratégias de modalização em livros didáticos: foco na coleção do projeto Araribá Português”, Livia Paixão de Oliveira (2010), sob a orientação da profa. Dra. Leilane Ramos da Silva, demonstrou em que medida, as atividades de interpretação de texto dos livros didáticos da coleção do projeto Araribá Português, adotada pela Escola Municipal Prefeito José Fonseca Lima, situada na cidade de São Domingos- SE, fazem uso da modalização para expressar um grau de manipulação do autor em relação ao enunciado que produz.

De modo geral, a autora constatou a presença de 366 modalizadores, dos quais 297 são deônticos e 69 epistêmicos, correspondentes a 82% e 18%, respectivamente. Os dados apontam que os exercícios de interpretação textual lá utilizados são uniformes, reproduzindo na maior parte das vezes os pensamentos dos autores das questões e, como tal, desfavorecendo o processo de construção do conhecimento pelo aluno. Em outras palavras, a pesquisa por ela realizada reforçou o entendimento de que o uso de modalizadores pode manipular a interpretação do leitor, pois induzem a posturas e conceitos pré-estabelecidos pelo autor do livro.

Sem dúvida, os resultados depreendidos pela autora podem ser tomados como exemplos para a reflexão de professores e outros estudiosos sobre as atividades de leitura/interpretação e demais práticas pedagógicas que ganham relevo no livro didático. Entre outras observações, a pesquisa aponta para a necessidade de os agentes pedagógicos serem mais atentos quanto às metodologias tratadas no material didático mais trabalhado em sala de aula, a fim de que possam reconhecer que o “modo” como os conceitos trazidos pelos autores são construídos pode privilegiar o uso de modalizadores, especialmente os deônticos, que se caracterizam pelo uso do imperativo, com ordens e orientações que cerceiam outras possibilidades de leitura que o aluno pense em ter.

EVITANDO (OU ARRANJANDO) ENCRENCA...

Você já parou para pensar no número de vezes que, por força das circunstâncias embaraçosas (daquelas em que consideramos uma pessoa feia e acabamos dizendo que ela é bonita?!), precisamos ou julgamos como mais inteligente “polir”, suavizar nossos atos de fala? Mesmo que não tenha pensado, já se viu em situações assim, não é mesmo?

Ah, e o contrário? E se pararmos para pensar naqueles dias em que temos tanta chateação com alguém que a saída é intensificar a força dos nossos enunciados, o que temos a dizer? Nossa!!!

Sem dúvida, ora estamos sendo mais cautelosos, mais cuidadosos, mais delimitados, mais impositivos, mais intensos com os nossos atos/enunciados e isso é uma arte, afinal, é por meio de mecanismos linguísticos que fazemos isso...

Bem, ao longo da aula, veremos como marcas do tipo “eu acho”, “eu tenho certeza”, “do ponto de vista esquerdista” e outras imprimem o nosso grau de adesão aos enunciados que produzimos diariamente. Agora, que tal a leitura da aula?!

AUTOAVALIAÇÃO

Podemos até imaginar seu semblante de ânimo agora, afinal, chegamos ao final de nossa última aula... isso é uma boa, mas também fica aqui a responsabilidade de você fazer, mais uma vez, uma avaliação sobre o que realmente aprendeu. E mais: isso vale para todo o material aqui apresentado e não apenas para o foco nesta aula 10, que foi o fenômeno da modalização linguística.

Bom, cabe um estudo apurado não apenas sobre o que compreendeu dessa temática, mas também sobre a argumentatividade como um todo, sobre o âmbito dos estudos pragmáticos, sobre os modos de tratamento do significado em semântica... muito assunto, não é mesmo?

Então, comece agora mesmo a visitar a seção de objetivos de cada uma das aulas e tente avaliar se você conseguiu atingi-los, ok? Apresente uma nota para si mesmo e, se precisar, leia mais e mais as aulas, responda aos exercícios, crie o hábito de perguntar ao tutor, de visitar a página da disciplina no ambiente virtual de aprendizagem, de buscar mais informações sobre o que lê. Trocando em miúdos: ESTUDE (com tudinho maiúsculo e em caixa alta! rs).

No mais, obrigada pela sua atenção e boa sorte! Um abração!



REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- CASTILHO, Ataliba F. de e CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.) **Gramática do português falado**. 2ª ed. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- CERVONI, Jean. **A enunciação**. (Tradução de L. Garcia dos Santos). São Paulo: Ática, 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso** (Coordenação da tradução Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004.
- DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. (Tradução de Frederico de Barros e outros). 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.
- HOFFNAGEL, Judith C (1997). A modalização epistêmica no processamento textual da fala. In: Koch, Ingedore G. Villaça e KAZUÊ, Saito Monteiro de Barros. **Tópicos em linguística e análise da conversação**. Natal: EDUFRN.
- HORA, Dermeval da e PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro (Orgs.). **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba- VALPB**. Volumes I, II, III, IV e V. João Pessoa: Ideia, 2001.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade In: KOCH (org.). **Gramática do português falado**. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. (Série Pesquisas).
- OLIVEIRA, Livia Paixão de. **Estratégias de modalização em livros didáticos: foco na coleção do projeto Araribá Português**. Trabalho de Conclusão de Curso. Itabaiana-SE: Departamento de Letras, 2010.
- RAJAGOPALAN, K. Sobre a especificidade da pesquisa no campo da pragmática. In: **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas-SP: IEL/ UNICAMP, 2002. pp. 89-97.
- SAINT- PIERRE, M. **La modalisation em français parlé: une analyse informatisée**. Canadá: Université du Quebec à Montreal, 1992.
- SEARLE, John. Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SILVA, Leilane Ramos da. O estatuto discursivo das CLC(D)s: um diálogo com a Teoria dos Atos de Fala. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2005.
- SILVA, Regineide Edileuza da. Nos bastidores da opinião: os limites da modalização avaliativa. Palmeira dos Índios –AL: 2006.

VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocucional? In: DASCAL, Marcelo (Org.) **Cadernos de estudos linguísticos**. Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem. (Conferências e Comunicações - Parte I) N.º 9. Campinas – SP: UNICAMP, 1985. pp.173 - 194